



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA**

Aviso de Privacidade

Em razão do dever de transparência e em cumprimento à [Resolução Nº 281/CNMP, de 13 de dezembro de 2023](#) e à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD ([Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#)), o Ministério Público Federal disponibiliza informações sobre as hipóteses em que, na execução de suas competências e no cumprimento das atribuições legais, é realizado o tratamento de dados pessoais.

No *Portal do MPF*>>*Serviços*>>*LGPD*>>*Políticas* encontra-se o Aviso de Privacidade geral. Aqui serão disponibilizadas informações acerca do serviço:

Ouvidoria

Qual é a fundamentação legal para a execução desse serviço?

Constituição Federal 88, Lei 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação - LAI), Lei 13.460/17 (Direitos do usuário dos serviços públicos), Portaria CNMP-PRESI 39/20 (Rede de Ouvidorias do Ministério Público), Portaria PGR/MPF 519/12 (Criação e implantação da Ouvidoria do MPF), Resolução CNMP 95/13 (Atribuições das ouvidorias dos MP's estaduais e da União), Emenda Constitucional nº 45/2004 e Resolução CNMP nº 64/2010 .

Na execução do serviço, quais são os dados pessoais tratados?

Comuns	Nome, Data de nascimento, Sexo, Estado Civil, Estado (Unidade da Federação), Telefone celular, Telefone fixo, CPF, Cookies, IP, E-mail pessoal, Ocupação/Profissão
Sensíveis	Dados de origem racial ou étnica (autodeclaração para cotas, cor da pele), Vida sexual (orientação sexual, nome social, gênero)

Se o tratamento envolve dados pessoais de crianças e adolescentes, como ele é realizado?

Obs. Na pergunta anterior, faltou a informação que identifica se a pessoa é portadora de deficiência física. Com relação ao manifestante ser menor ou incapaz, o formulário pede as informações do responsável legal (Nome e Documento), bem como uma justificativa..

Como os dados pessoais são coletados?

Fornecidos pelo titular, mediante formulário web, pela web ao acessar o serviço ou navegar pelo Portal do MPF.

Qual ou quais são as finalidades do tratamento?

Ser possível entrar em contato com o manifestante para esclarecimento de dúvidas e solicitação complementar de dados, para o sistema poder enviar msgs pelo e-mail a respeito do trâmite de sua manifestação, para produção de estatísticas e BIs de gestão, bem como para a produção de relatórios de controle da Ouvidoria e do Comitê Gestor de Gênero e Raça. Possibilitar realizar pesquisas no APTUS que identifique o mesmo manifestante em casos correlatos ou conexos e assim, subsidiar as tomadas de decisão.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

Em que consiste o tratamento de dados pessoais para o serviço acima informado?

Coleta, Recepção, Retenção/Arquivamento/Armazenamento, Processamento, Extração, Modificação, Utilização, Classificação, Acesso.

De acordo com a LGPD, qual é a base legal que autoriza o tratamento dos dados pessoais?

Estudos por órgãos de pesquisa (arts. 7º, IV e 11, II, c), execução de políticas públicas (arts. 7º, III e 11, II, b), cumprimento da obrigação legal (arts. 7º, II e 11, II, exercício regular de direito (arts. 7º, VI e 11, II, d), prevenção de fraude e segurança (art. 11º, II, g) e consentimento (arts. 7º, I e 11, I)

Os dados pessoais são compartilhados com outras instituições?

Como a Ouvidoria é um Órgão de interlocução e não havendo pedido de sigilo sobre os dados pessoais, uma parcela de dados, dependendo do contexto, é compartilhada com os órgãos externos (CNMP, entre outros) ou com os setores internos do MPF que têm competência para atuar na solicitação da manifestação.

Os dados pessoais são transferidos internacionalmente?

Não se aplica..

Por quanto tempo o Ministério Público Federal trata os dados pessoais?

A guarda e a eliminação de dados seguem o disposto nos Plano de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos da atividade administrativa (Portaria PGR/MPF nº 860, de 20/9/2018), a Política de Gestão do Patrimônio Documental (Portaria PGR/MPF nº 119, de 5/4/2010) e os Instrumentos Arquivísticos de Gestão Documental da atividade finalística do Ministério Público Federal (Portaria PGR/MPF nº 184, de 21/3/2016). Desse modo, os dados pessoais serão guardados por tempo determinado e poderão ser eliminados após esse prazo, ou classificados como de guarda permanente, conforme previsão na legislação arquivística.

Os dados pessoais estão em segurança?

No Ministério Público Federal são adotadas boas práticas de governança em segurança da informação visando orientar comportamentos adequados e mitigar os riscos de comprometimento dos dados pessoais tratados nas atividades do Órgão, mediante o uso de ferramentas de tecnologia da informação aderentes por padrão e desde a concepção.

Em caso de violação de dados pessoais e sendo o risco relevante, o Ministério Público Federal irá notificar a Unidade Especial de Proteção de Dados Pessoais do Conselho Nacional do Ministério Público - UEPDAP/CNMP e os titulares dos dados pessoais com a brevidade exigida ao caso. Para comunicar eventual violação de dados pessoais porventura tratados pelo Ministério Público Federal, envie um e-mail para os seguintes endereços: abuse@mpf.mp.br ou csirt@mpf.mp.br.

A fim de reforçar todas as medidas adotadas pela Instituição, recomenda-se que, ao se cadastrar:

- Use uma senha forte que seja exclusiva para sua conta no MPF;
- Nunca compartilhe sua senha com ninguém;
- Faça logout quando não estiver mais usando o serviço; e
- Tenha cuidado com dispositivos de uso compartilhado.

Esse serviço coleta cookies?

Cookies são arquivos salvos no computador, tablet ou telefone quando se visita um site. Usamos os cookies necessários para fazer o site funcionar da melhor forma possível e aprimorar os nossos



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

serviços. Quer saber mais, consulte nossa política de cookies, acesse: <https://www.mpf.mp.br/servicos/lgpd/politicas/privacidade/politica-de-cookies>

Quais são os direitos dos titulares de dados pessoais e como posso exercê-los?

Para saber quais são os seus direitos e exercê-los, acesse o [Formulário de solicitação](#).

Como entrar em contato?

A sede do Ministério Público Federal está localizada na Procuradoria-Geral da República, em Brasília. Além da PGR, o Ministério Público Federal conta com unidades administrativas em todos os estados da Federação e em alguns municípios. Para saber a localização, acesse o [Portal da Transparência do MPF](#).

Para informações relativas ao tratamento de dados pessoais no âmbito do MPF, entre em contato com o Encarregado de Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público Federal, por meio dos seguintes canais: e-mail: PGR-UPDP@mpf.mp.br - Telefone: (61) 3105-6450

Para mais informações acesse a página [LGPD e o MPF - Lei Geral de Proteção de Dados](#).

Este foi revisado em 11/12/2025